



FRENTE PARLAMENTAR MISTA DA
TRANSIÇÃO CLIMÁTICA JUSTA

Dezembro de 2024

SOCORRO NERI
Deputada Federal

APRESENTAÇÃO

Prezados cidadãos e colegas parlamentares;

É com grande satisfação que apresento o relatório das ações desenvolvidas ao longo do ano de 2024 pela Frente Parlamentar Mista da Transição Climática Justa, da qual tenho a honra de presidir juntamente com o senador Nelsinho Trad.

Como deputada federal representando o estado amazônico do Acre, constato a importância de ter criado esta Frente Parlamentar com o objetivo de propormos medidas efetivas para mitigar os impactos das mudanças climáticas e garantir uma transição justa para uma economia sustentável.

Com efeito, é imperativo que os desafios climáticos sejam enfrentados com a mesma determinação dedicada à redução da pobreza. A transição para uma economia de baixo carbono deve ser inclusiva, equitativa e promotora de oportunidades de desenvolvimento para todos, incluindo no centro das decisões e da repartição de benefícios os mais afetados pelas mudanças climáticas.

Neste segundo ano de funcionamento, realizamos debates, audiências públicas, seminários e ações de conscientização, buscando engajar a sociedade civil, o setor empresarial, o Governo e outros atores relevantes na construção de uma agenda efetiva de Transição Climática Justa. Reconhecemos que há muito trabalho a ser feito, por isso, conto com o apoio e a participação de todos para que possamos avançar na construção de um futuro sustentável, justo e resiliente para todos.



Socorro Neri é mestre e doutora em educação, deputada federal pelo Acre/Brasil; presidente da Frente Parlamentar Mista da Transição Climática Justa; e Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional.

SOCORRO NERI

Deputada Federal PP/AC



Transição Climática Justa

A **transição climática justa** é um processo de substituição para uma economia sustentável e de baixo carbono, levando em conta princípios de justiça social e econômica. Envolve garantir que ninguém seja deixado para trás, distribuindo os benefícios e ônus de forma equitativa. Isso inclui criação de empregos sustentáveis, proteção social, participação das comunidades afetadas e apoio aos países em desenvolvimento. **O objetivo é combater as mudanças climáticas de forma justa, promovendo igualdade e sustentabilidade.**

POR QUE UMA FRENTE PARLAMENTAR?

Porque é preciso incidir nos regramentos nacionais para enfrentar o maior desafio da sociedade global: evitar e aprender a lidar com as consequências das mudanças climáticas, considerando as necessidades de todos, especialmente de comunidades locais, povos indígenas, jovens e outros grupos vulneráveis.

LANÇAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR

A Frente Parlamentar Mista da Transição Climática Justa foi lançada em abril de 2023 e é composta por 218 deputados federais e senadores.



ESTRUTURA EM GRUPOS TEMÁTICOS

- Presidente – Dep. Socorro Neri
- Vice-presidente – Sen. Nelsinho Tradd
- Povos e populações mais vulneráveis às emergências climáticas – Dep. Duda Salabert
- Educação para a cidadania climática - Dep Profa. Goreth
- Gênero e clima – Dep. Célia Xakriabá
- Transição para o desenvolvimento econômico de baixas emissões – Dep. Marangoni
- Transição energética – Dep. Pedro Campos
- Resiliência urbana aos desastres ambientais – Dep. Júlio Lopes
- Gestão integrada de resíduos sólidos – Sen. Alan Rick
- Mercado de carbono - Dep. Amom Mendel

REALIZAÇÕES DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA DA TRANSIÇÃO CLIMÁTICA JUSTA EM 2024



NOSSA ATUAÇÃO

A Frente Parlamentar Mista da Transição Climática Justa promoveu, no âmbito da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas; da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, seis audiências públicas visando alcançar seus objetivos estratégicos.

Estas audiências, presididas pela Deputada Socorro Neri, destacaram questões cruciais relacionadas à crise climática e gestão de recursos naturais; produção sustentável e redução de emissões; educação climática e direitos dos povos indígenas. Eventos que integraram a Virada Parlamentar Sustentável, que é uma plataforma voltada para construir pontes entre o parlamento e a sociedade, em torno de um objetivo comum: mudar o pensamento, o olhar e as ações de quem faz as leis socioambientais no Brasil.

A seguir apresentaremos os participantes, os principais pontos discutidos e as necessidades identificadas para seguir avançando na agenda ambiental, alinhada com os princípios da transição climática justa.



1 - AUDIÊNCIA PÚBLICA – PLANO NACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas
Realizada em Brasília/DF, 15/05/2024

PARTICIPANTE

- Ana Toni, Secretária Nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

CONTEXTO

A audiência pública contou com a apresentação de Ana Toni, Secretária Nacional de Mudança do Clima, que destacou como principais ações do governo federal para enfrentar a crise climática, tendo com foco a adaptação, a mitigação e a transição ecológica que integram o Plano Nacional de Mudança do Clima. O debate abordou desafios multissetoriais e a necessidade de integração entre governo, sociedade civil, setor privado e academia.

PRINCIPAIS PONTOS DISCUTIDOS

- Retomada do Fundo Amazônia e captação de recursos para o combate ao desmatamento.
- Lançamento do Plano de Transformação Ecológica e fortalecimento de políticas setoriais, como o Plano Safra e o Plano ABC+.
- Compromissos do Brasil em reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE) até 2050.

NECESSIDADES IDENTIFICADAS

- Integração multissetorial e fortalecimento das capacidades de adaptação em municípios vulneráveis.
- Maior financiamento e incentivos para práticas produtivas sustentáveis na agricultura e na indústria.
- Implementação de políticas para uma transição climática justa, com foco em populações vulneráveis e geração de emprego e renda.

2 - AUDIÊNCIA PÚBLICA – IMPACTOS DA PRODUÇÃO DE FERTILIZANTES NITROGENADOS

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Realizada em Brasília/DF, 27/05/2024

PARTICIPANTES

- José Carlos Polidoro, Assessor Executivo do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA
- Alexandre Alonso Alves, Chefe-Geral da Embrapa AgroEnergia
- Fernanda Delgado, Diretora Executiva da Associação Brasileira da Indústria de Hidrogênio Verde - ABIHV
- Ludmilla Cabral, Coordenadora de Relgov da Associação Brasileira do Biogás - ABiogás
- Rafael Golzalez, Diretor-Presidente do Centro de Inovações em Energias Renováveis e Biogás - CIBIOGÁS
- Frederico Freitas, Consultor para Transição Energética da Metapolítica Consultoria
- André Themoteo, Analista Técnico Sênior da Associação Brasileira de Energia Eólica - ABEEólica
- Ticiane Alvares, Diretora Técnica do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (INEEP)
- Alberido Queiroz, Diretor da Federação Única dos Petroleiros (FUP)

CONTEXTO

A audiência pública foi solicitada para debater os impactos da produção de fertilizantes nitrogenados em território nacional, com foco no uso de hidrogênio de baixo carbono. Essa inovação é vista como uma solução promissora para o Brasil, que depende significativamente de fertilizantes importados.

A audiência proporcionou um espaço para a discussão dos benefícios econômicos e ambientais da produção interna de fertilizantes, incluindo a redução das emissões de carbono e o fortalecimento da segurança alimentar do país. A realização dessa audiência foi essencial para promover o diálogo entre especialistas, autoridades e o setor produtivo, buscando alternativas sustentáveis para o agronegócio brasileiro.

PRINCIPAIS PONTOS DISCUTIDOS

- Discutiu-se os impactos ambientais da produção de fertilizantes nitrogenados, com ênfase nas emissões de carbono pelo setor.
- Foi abordado o potencial do hidrogênio de baixo carbono para reduzir as emissões na produção de fertilizantes.
- A dependência do Brasil de fertilizantes importados foi apontada como um risco à segurança alimentar nacional.
- Destacou-se a importância de criar políticas públicas para incentivar a produção interna de fertilizantes.
- O papel do biogás e do gás natural foi abordado, com ênfase na modernização e diversificação da matriz energética para a produção sustentável de fertilizantes.

NECESSIDADES IDENTIFICADAS

- Reduzir a dependência de importação.
- Incentivar investimentos em fertilizantes sustentáveis.
- Modernizar a tecnologia de produção.
- Estabelecer políticas de apoio para baratear o custo do gás natural.

3 - AUDIÊNCIA PÚBLICA – EDUCAÇÃO CLIMÁTICA PARA JOVENS, NEGROS E INDÍGENAS

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Realizada em Brasília/DF, 13/06/2024

PARTICIPANTES

- Lucas Marubo, representante da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIJAVA)
- Manuella Mirella, Diretor de Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes (UNE)
- Darli Tupinambá, Conselheira Nacional da Juventude
- Maria Isabel Amando de Barros, Especialista do Instituto Alana
- Sara Emanuely, Coordenadora do GT Clima do Engajamundo
- Pedro Martins, representante do Grupo Carta de Belém

CONTEXTO

As mudanças climáticas podem estar atreladas a diversas questões sociais como saúde, migração, segurança alimentar, moradia, racismo ambiental, entre outros. Grandes eventos climáticos podem potencializar as desigualdades, o que também afeta as políticas criadas para combater seus efeitos. Portanto, é extremamente importante discutir as ações governamentais e programas referentes ao tema, para que seja possível considerar de forma democrática os direitos de todos que sofrem com a problemática.

Nesse sentido, a FPM da Transição Climática Justa, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável promoveu esta audiência pública para discutir as mudanças climáticas e suas consequências no âmbito social.

PRINCIPAIS PONTOS DISCUTIDOS

- Importância da educação climática: O papel da educação climática foi destacado como essencial para conscientizar sobre questões ambientais e promover a inclusão de jovens, negros(as) e indígenas.

- Inclusão de grupos sub-representados: Foi discutida a necessidade de garantir que esses grupos participem ativamente da formulação de políticas climáticas, garantindo que suas perspectivas sejam incorporadas.
- Conhecimento tradicional e inovação: Foi destacada a importância de integrar saberes tradicionais e inovação tecnológica para desenvolver soluções climáticas sustentáveis.
- Projetos e iniciativas educacionais: Foram apresentados projetos que visam conscientizar e capacitar jovens para serem agentes de mudança no enfrentamento da crise climática.

NECESSIDADES IDENTIFICADAS

- Ampliar a educação climática: Identificou-se a necessidade de expandir iniciativas educacionais para alcançar jovens de comunidades marginalizadas, promovendo uma educação inclusiva e adaptada às suas realidades.
- Fortalecer a participação de grupos sub-representados: Foi ressaltada a urgência de criar políticas que promovam a participação efetiva de negros(as) e indígenas em decisões sobre políticas climáticas.
- Fomentar projetos de base comunitária: A implementação de projetos que envolvem diretamente as comunidades e utilizam conhecimentos tradicionais foi considerada crucial para o sucesso das ações que combatem as mudanças climáticas.
- Desenvolver lideranças climáticas: Incentivar o surgimento de lideranças jovens capazes de atuar como protagonistas na mitigação e adaptação às mudanças climáticas foi apontada como uma necessidade urgente.

4 - SEMINÁRIO – DIÁLOGO PELA VIDA: GARANTINDO DIREITOS E SEGURANÇA ALIMENTAR PARA OS POVOS INDÍGENAS DO ACRE

Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais
Realizada em Cruzeiro do Sul/AC, 09/08/2024

PARTICIPANTES

MESA TEMÁTICA 1: DIREITOS FUNDAMENTAIS À SAÚDE E EDUCAÇÃO

- Isaak Piyako, representante do Ministério da Saúde (MS), Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI)/Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI)
- Leonardo Honorato Santos, Promotor de Justiça Titular da Promotoria de Defesa da Criança e do Adolescente de Cruzeiro do Sul, representante do Ministério Público do Estado do Acre (MPAC)
- Aberson Carvalho, Secretário de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Acre (SEE)
- Luiz Rafael, Chefe da Regional de Cruzeiro do Sul, representante da Secretaria de Estado de Saúde do Acre (SESACRE)

MESA TEMÁTICA 2: DIREITOS TERRITORIAIS E SUSTENTABILIDADE

- Edna Yawanawa, representante da Associação Sociocultural Yawanawa (ASCY)
- Eldo Shanenawa, Coordenador Regional da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)
- Rosa Maria Lima, Secretária Municipal Adjunta de Assistência Social de Cruzeiro do Sul
- Poá Edilson Rosa Katukina, Conselheiro da Organização dos Povos Indígenas do Juruá (OPIRJ)
- Deputado Nicolau Júnior, Primeiro Secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Acre (ALEAC)

MESA TEMÁTICA 3: SEGURANÇA ALIMENTAR

- Marcondes Rosa Puyanawa, representante da Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAIAC)
- Socorro Messias, Secretária Extraordinária de Povos Indígenas do Estado do Acre (SEPI), em Exercício
- André Pinho Simões, Promotor de Justiça, representante do Ministério Público do Estado do Acre (MPAC)
- Marcos Rocha, representante da Secretaria de Estado de Agricultura (SEAGRI)
- Gleyson Teixeira, representante da Comissão Pró-Indígena do Acre (CPI/AC)

CONTEXTO

O seminário foi realizado com o objetivo de discutir a situação dos povos indígenas do Acre, abordando questões fundamentais como segurança alimentar, saúde e educação. A proposta partiu da necessidade de debater a vulnerabilidade dessas comunidades frente às mudanças climáticas, à invasão de terras e ao desmatamento, que afeta diretamente a preservação de seus territórios e o acesso a serviços essenciais.

O seminário contou com a participação de diversos representantes de órgãos públicos e instituições ligadas aos povos indígenas, que destacaram a importância de garantir o desenvolvimento sustentável dessas comunidades, além da preservação da biodiversidade na Amazônia.

PRINCIPAIS PONTOS DISCUTIDOS

- A grave situação de segurança alimentar entre os povos indígenas do Acre foi enfatizada, especialmente diante dos impactos das mudanças climáticas e invasões de terras que comprometem suas fontes de subsistência.
- O acesso precário aos serviços de saúde e educação, que afetam a qualidade de vida desses povos, foi amplamente debatido, ressaltando a necessidade do aprimoramento das políticas específicas para essas áreas.
- A importância de fortalecer programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que trazem benefícios diretos às comunidades indígenas ao promover sua autonomia alimentar e econômica.

NECESSIDADES IDENTIFICADAS

- Atuar para evitar a aprovação de projetos de lei que prejudicam os programas de alimentação (PNAE e PAA) (PL 3.292/2020 e PL 4.195/2012). Programas que são fundamentais para a segurança alimentar e a produção familiar das comunidades indígenas.
- Inclusão da profissão de Agente Agroflorestal Indígena (AAFI) na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e a regulamentação dessa função por meio de legislação específica.
- Aumento de recursos e fortalecimento da implementação do PAA indígena, que já opera em sete territórios indígenas no Acre, beneficiando comunidades e escolas.

5 - AUDIÊNCIA PÚBLICA – TECNOLOGIAS PARA REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE METANO NO BRASIL

Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas
Realizada em Brasília/DF, 26/08/2024

PARTICIPANTES

- Edie Andreeto Junior, Assessor da Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia (MME)
- Érico Rial Pinto da Rocha, Coordenador-Geral de Mitigação e Proteção da Camada de Ozônio do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)
- Rodrigo Sobral Rollemberg, Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
- Márcio Rojas, Coordenador-Geral de Ciência do Clima e Sustentabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
- Yuri Schmitke Almeida Belchior Tisi, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Recuperação Energética de Resíduos (ABREN), Vice-Presidente do Waste to Energy Research and Technology Council (WTERT), Columbia University, USA
- André Galvão, Superintendente Executivo da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (ABREMA)
- Talyta Viana, Coordenadora Técnica Regulatória da Associação Brasileira do Biogás (ABiogás)

CONTEXTO

A audiência pública foi convocada para debater os projetos de lei voltados à redução das emissões de metano no Brasil, conforme compromisso firmado no Acordo de Paris. O Brasil é um dos maiores emissores de metano, principalmente dos setores agropecuários e de aterros sanitários. O objetivo é explorar soluções tecnológicas e regulatórias para mitigar essas emissões e fomentar a produção de biogás e biometano.

PRINCIPAIS PONTOS DISCUTIDOS

- A importância da redução das emissões de metano, com foco nas contribuições setoriais (agropecuária, resíduos, energia) e o compromisso do Brasil com a meta de redução de 30% até 2030.
- O potencial do biogás e biometano como soluções para capturar e aproveitar metano, com destaque para investimentos e oportunidades de mercado no setor energético.
- A importância de tecnologias avançadas no setor de exploração de petróleo e gás para controlar e reduzir emissões de GEE, especialmente metano.

NECESSIDADES IDENTIFICADAS

- Expansão de políticas de incentivo ao uso de biogás e biometano.
- Implementação de tecnologias mais eficientes para a captura de metano na agropecuária e resíduos.
- Aceleração da transição energética com foco em soluções sustentáveis para reduzir as emissões de GEE.

6 - SEMINÁRIO – DUALIDADE DA CRISE HÍDRICA NO ACRE: ESCASSEZ EXTREMA E INUNDAÇÕES DEVASTADORAS

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Realizada em Rio Branco/AC, 17/09/2024

PARTICIPANTES

- Danilo Lovisaro, Procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre (MPAC)
- Deputado Luiz Gonzaga, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre (ALEAC)
- Foster Brown, Cientista Sênior do Woodwell Climate Research Center
- Cel. Carlos Batista, Coordenador da Defesa Civil Estadual
- Guida Aquino, Reitora da Universidade Federal do Acre (UFAC)
- Bruno Pena, Chefe-geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Acre (EMBRAPA/AC)
- Andréa Alechandre, Associada da SOS AMAZÔNIA, professora da Ufac
- João Paulo de Assis Pereira, Vice-presidente da Federação das Indústrias do Acre (FIEAC)
- Sansara Nukini, Jovem Indígena da Terra Indígena Nukini
- Bira Vasconcelos, Prefeito de Xapuri
- Ronald Polanco, Conselheiro do Tribunal de Contas do Acre (TCE/AC)

CONTEXTO

O seminário proposto pela deputada Socorro Neri foi realizado em Rio Branco/AC para discutir os graves desafios relacionados à crise hídrica no estado do Acre. A dualidade dessa crise se manifesta na alternância entre secas extremas e inundações devastadoras, colocando a população em situação de risco, tanto econômicas quanto sanitárias. O seminário pretende aprofundar o debate sobre a gestão de recursos hídricos, focando em políticas públicas que garantam uma resposta mais eficaz e integrada, com a participação de representantes do governo, cientistas e ONGs.

PRINCIPAIS PONTOS DISCUTIDOS

- Foi destacado o aumento de eventos extremos, como secas severas e inundações, agravados pelas mudanças climáticas. Estes eventos têm impacto direto na saúde pública, qualidade do ar e disponibilidade de água, afetando especialmente as comunidades rurais e indígenas.
- As queimadas e a má qualidade do ar estão associadas a um aumento significativo nas doenças respiratórias, além de elevar os custos com saúde pública e reduzir a expectativa de vida em algumas regiões.
- Projetos de conservação, como a restauração de nascentes e o monitoramento de metais pesados nos rios, foram identificados como soluções essenciais para melhorar a segurança hídrica e minimizar os impactos ambientais.
- Foi enfatizada a importância de envolver comunidades locais em projetos de educação climática, utilizando o conhecimento tradicional para mitigar os impactos climáticos.

NECESSIDADES IDENTIFICADAS

- A implementação de políticas públicas para adaptação climática foi vista como urgente, incluindo o reflorestamento, proteção de nascentes e recuperação de áreas degradadas.
- A necessidade de ampliar o financiamento para projetos que tratam da segurança hídrica, como a construção de cisternas e a distribuição de filtros para purificação de água, foi outra necessidade identificada.
- A falta de monitoramento eficiente dos recursos hídricos e dos efeitos das queimadas foi identificada como uma lacuna crítica, e foi sugerida a criação de mais mecanismos para controlar as emissões e garantir a transparência no uso de multas ambientais.
- A importância de uma ação coordenada entre diferentes setores da sociedade, incluindo governo, comunidades indígenas, e organizações ambientais, foi enfatizada como fundamental para garantir a mitigação dos impactos das mudanças climáticas.

7 - AUDIÊNCIA PÚBLICA – POLÍTICAS PÚBLICAS QUE INTEGRAM OS COMPROMISSOS CLIMÁTICOS INTERNACIONAIS A ESTRATÉGIAS QUE GARANTAM JUSTIÇA SOCIAL E A SUSTENTABILIDADE

Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas
Realizada em Brasília/DF, 05/12/2024

PARTICIPANTES

- Maria Aldete Fonseca, Assessora Técnica de Agrobiodiversidade, Emergências Climáticas e Transição Energética do MDA
- Karina Mitleg Bayerl, Assessora do Meio Ambiente, Mudança Climática e Mobilidade Humana, representando a Defensoria Pública da União
- Antônio André do Nascimento, Representante da Reserva Extrativista do Alto Juruá
- Maria Joelma da Silva, Representante do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Alto Juruá
- Samsara Nukini, Representante da Terra Indígena Nukini
- Miguel Scarcello, Diretor-Executivo da SOS Amazônia
- Aldalucia Ferreira Carvalho Santos, Coordenadora de Programa da Comissão Pró-Indígena do Acre
- Anaís Cordeiro, Membro do Comitê Chico Mendes
- Josias Pereira Maná, Agente Agroflorestal Indígena da AMAAIAC
- Francisca Arara, Secretária Extraordinária de Povos Indígenas do Estado do Acre

CONTEXTO

A audiência pública foi realizada para debater políticas públicas relacionadas à gestão territorial e ambiental, com ênfase na emergência climática e nos direitos das populações indígenas e extrativistas no estado do Acre. A gestão de Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs) foi destacada como elemento estratégico na mitigação das mudanças climáticas, devido ao papel fundamental desses territórios na conservação da biodiversidade, regulação climática e serviços ecossistêmicos.

A discussão buscou integrar compromissos climáticos internacionais com ações concretas que promovam a justiça social e a sustentabilidade, colocando as comunidades tradicionais no centro das políticas públicas.

PRINCIPAIS PONTOS DISCUTIDOS

- Foi debatida a importância de fortalecer a proteção territorial, garantindo a demarcação de terras e o manejo sustentável de recursos naturais, enfatizando o papel central dos povos indígenas e extrativistas na conservação da biodiversidade e na mitigação das mudanças climáticas.
- Em relação aos impactos das mudanças climáticas em territórios protegidos foi relatado que as comunidades enfrentam secas severas, inundações e aumento de pragas, agravados pela perda de florestas e práticas insustentáveis, ressaltando a necessidade de soluções climáticas adaptativas.
- Foi debatido que a ausência de infraestrutura básica, como acesso a água potável e produção sustentável são problemas críticos que precisam ser resolvidos para garantir condições dignas de vida.
- Foi destacada a necessidade de regulamentar e remunerar a profissão dos agentes agroflorestais indígenas, visto seu papel estratégico na preservação ambiental e no enfrentamento das emergências climáticas.
- Em relação à educação e capacitação para comunidades locais, os debates ressaltaram a necessidade de garantir uma educação contextualizada e técnica para jovens e lideranças indígenas e extrativistas, promovendo autonomia e fortalecimento das iniciativas locais.
- Houve manifestações sobre episódios de preconceito contra a cultura indígena, como a proibição do porte de maracás no interior do Senado Federal, refletindo a necessidade de maior respeito e proteção aos direitos culturais dos povos originários.
- Foi dito que a ausência de servidores e de infraestrutura adequada em órgãos ambientais impactam de forma negativa na presença e atuação de órgãos como ICMBio e Funai, sendo estes tópicos apontados como um grande entrave à gestão e proteção de áreas naturais protegidas.

NECESSIDADES IDENTIFICADAS

- Ampliar recursos para infraestrutura básica: Priorizar investimentos em água potável, saneamento básico e segurança alimentar nos territórios indígenas e extrativistas.
- Regulamentação da profissão de agentes agroflorestais indígenas: Reconhecer e regularizar a categoria profissional, assegurando remuneração e condições de trabalho adequadas.
- Demarcação e regularização fundiária: Avançar na demarcação de terras indígenas pendentes, inclusive as sobrepostas a unidades de conservação, e garantir segurança territorial.
- Fortalecer políticas públicas integradas: Implementar e ampliar políticas de saúde, educação e assistência técnica voltadas para os povos indígenas e extrativistas.
- Aumentar a presença de órgãos ambientais: Reforçar a estrutura e o número de servidores do ICMBio, Funai e outros órgãos ambientais para melhorar a fiscalização e o atendimento das demandas das comunidades.
- Apoio à produção sustentável e recuperação ambiental: Incentivar sistemas agroflorestais e iniciativas locais, como viveiros de mudas, para a recuperação de áreas degradadas e a geração de renda.
- Garantir respeito aos direitos culturais: Promover ações que garantam o respeito às tradições e práticas culturais das comunidades indígenas em todas as esferas públicas.
- Articular fundos climáticos para adaptação e mitigação: Garantir acesso desburocratizado a recursos nacionais e internacionais voltados à adaptação às mudanças climáticas e mitigação dos impactos nos territórios protegidos.



OUTRAS ATIVIDADES

Em 2024, a Deputada Socorro Neri, como presidente da Frente Parlamentar da Transição Climática Justa, consolidou-se como uma liderança ativa na promoção de políticas ambientais e sustentáveis no Congresso Nacional. Sua atuação abrangeu desde a organização de audiências públicas para debater temas críticos, como a crise hídrica no Acre e a produção de fertilizantes nitrogenados, até a coordenação de eventos de relevância internacional, como o Coquetel Parlamaz e o Seminário "Diálogo Pela Vida", que visou garantir direitos e segurança alimentar para os povos indígenas.

Ao longo do ano, Socorro Neri também marcou presença em missões oficiais e eventos de destaque, como a VIII Assembleia do Parlamento Amazônico e o P20 *Parliament* 2024, reforçando seu compromisso com a justiça climática e o desenvolvimento sustentável, especialmente para mulheres, meninas e populações vulneráveis.

As atividades listadas a seguir, desenvolvidas no âmbito da FPM da Transição Climática Justa, demonstram um firme engajamento em prol da causa ambiental:

- **13/03** - Participou do Café da Manhã da Virada Parlamentar Sustentável: lançamento dos resultados da Virada Parlamentar Sustentável 2023 e abertura dos trabalhos de 2024, promovido pelo Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), em Brasília.
- **16/04** – Promoveu em parceria com o Senador Nelsinho Tradd, presidente do Parlamaz, o Coquetel PARLAMAZ e OTCA, apoiado pelo ICCF/ICB para parlamentares e amigos das entidades, marcando o início dos trabalhos do Parlamaz do ano de 2024, em Brasília.
- **05 e 06/06** – Participou de Missão Oficial em Tarapoto/PE: VIII Assembleia do Parlamento Amazônico – PARLAMAZ. No segundo dia, participou de Visita Técnica sobre Bioeconomia na província de Chazuta, em São Matín, promovida pelo Grupo ICCF.
- **14/06** – Participou da Coletiva de Imprensa e Ato Simbólico, juntamente com os deputados(as) Nilto Tatto e Jandira Feghali para discutir e defender a Reforma Tributária 3S, evento realizado no âmbito da Virada parlamentar Sustentável, em Brasília.





- **24/06** – Participou da Audiência Pública - Desafios e oportunidades: sustentabilidade na administração Pública Brasileira, em Brasília/DF, atividade da Comissão de Administração e Serviço Público, requerida pela Deputada Socorro Neri e pelo Deputado Reginaldo Veras.
- **01/07** – Participou do P20 *Parliament* 2024 Brasil – 1ª Reunião de Mulheres Parlamentares, sob o lema “Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável” / Participou do Painel Brasil, falando sobre o seguinte tema: Justiça climática e desenvolvimento sustentável para mulheres e meninas. Além das Congressistas brasileiras, participaram parlamentares do G20, do Mercosul, dos Países de Língua Portuguesa, assim como presidentes de parlamentos internacionais e altos representantes de organismos internacionais, como ONU e União Interparlamentar, em Maceió/AL.
- **04/07** – Coordenou uma das mesas do evento “Homenagem ao Legado de Chico Mendes”, juntamente com os dep. Nilto Tatto, Chico Alencar e Célia Xakriabá, promovido pelo GT-Clima da Frente Parlamentar Ambientalista e Comitê Chico Mendes, com participação de Ângela Mendes e Angélica Mendes, filha e neta de Chico Mendes, em Brasília.

- **29/08** - Agraciada, juntamente com 10 outros deputados/as com a premiação na categoria MELHORES NA CÂMARA pelo júri especializado do Prêmio Congresso em Foco.

Indicada às 4 categorias do Prêmio Congresso em Foco 2024: - Melhores da Câmara; - Clima e Sustentabilidade; - Cidades Inteligentes; e - Apoio à Indústria.

Ficou em 1º lugar entre os Deputados/as do Acre no voto popular.



ATUAÇÃO PARLAMENTAR DA DEPUTADA SOCORRO NERI NAS ÁREAS AMBIENTAL E DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES EM 2024

Na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional Socorro Neri atua nas seguintes instâncias:

COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO CONGRESSO NACIONAL

1. Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas;
2. Membro titular da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
3. Membro suplente da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais;
4. Membro titular da Subcomissão Especial sobre o Fator Amazônico;
5. Membro titular do Grupo Parlamentar da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica;
6. Membro titular da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados;
7. Membro titular da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher;
8. Membro titular da Comissão Especial - PEC 44/23 - Emenda Orçamentária para Emergências Naturais.

FRENTES PARLAMENTARES

1. Presidente da Frente Parlamentar Mista da Transição Climática Justa;
2. Vice-presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Amazônia, presidida pela Deputada Professora Goreth (PDT/AP);
3. Coordenadora dos Comitês de Mudanças Climáticas e Resíduos Sólidos, das três Frentes Parlamentares Mistas presididas pelo Deputado Marangoni (UNIÃO/SP): FPM em Apoio à Regularização Fundiária, Desenvolvimento Habitacional e Desenvolvimento Urbano Sustentável; FPM em Defesa do Saneamento Básico; e FPM em Defesa do Gerenciamento e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos,
4. Coordenadora Regional do Norte da Frente Parlamentar em Defesa das Bacias Hidrográficas Brasileiras, presidida pelo Deputado Bohn Gass (PT/RS).

OUTRAS COORDENAÇÕES E PARTICIPAÇÕES

1. Vice-presidente no Brasil do Parlamento Amazônico (PARLAMAZ);
2. Membro do Grupo Parlamentar Multipartidário sobre Sustentabilidade do Instituto de Conservação Caucus Brasil (ICCF, na sigla em inglês).

FRENTE PARLAMENTAR MISTA DA TRANSIÇÃO CLIMÁTICA JUSTA



APOIO TÉCNICO



PARCEIROS

